



CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
LEI MUNICIPAL Nº756, DE 26 DE SETEMBRO DE 2021
LEI MUNICIPAL Nº 816, DE 16 DE MAIO DE 2022



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA - JANEIRO/2026

Aos 20 (vinte) dias do mês de janeiro de 2026, terça-feira, às 09:00(nove) horas, nas dependências da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano – SEMAM, localizada à Rua Manoel de Souza, nº 547 – Bairro: Parque Genezaré, – CEP: 61.881-263, na cidade de Itaitinga, estado do Ceará, realizou-se a reunião ordinária do CMDS. Tendo a convocatória sido encaminhada aos conselheiros em 13 (treze) de janeiro do corrente ano, para atender a seguinte **ordem do dia: APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FMMA** para Implementação de políticas públicas pela coordenadoria de Bem-Estar e Proteção Animal – Ações de Promoção, proteção e cuidado com os animais; Doação ao FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Itaitinga – FMCA – Fortalecimento das ações do SELO UNICEF e do PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA; Atualização do PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAITINGA – PDDU; Elaboração e execução do PLANO DE ARBORIZAÇÃO MUNICIPAL; Instalação de ECOPONTOS nas diversas localidades de Itaitinga; e Entre outros assuntos afins.

CONSELHEIROS PRESENTES:

Arilo dos Santos Veras Júnior – (Presidente Nato) – SEMAM

Oséias Targino de Oliveira – (suplente) – Gabinete do Prefeito

Oséias Targino de Oliveira

Valdiso Caetano Mendonça (suplente) – SEFIN

Valdiso Caetano Mendonça

Ricardo de Lima Monteiro – (titular) – SEAGPE

Ricardo de Lima Monteiro

José Luciano Bento – (titular) – Instituto ACAUÃ

José Luciano Bento

Ana Tamires Araripe de Lima – (suplente) – SINDIBRITA

Ana Tamires Araripe de Lima

Hélio da Costa Ferreira – (suplente) – SSP.

Hélio da Costa Ferreira

CONSELHEIROS AUSENTES:

Amanda Castro de Menezes = (titular) = PGM;
 Francisco Leandro Viana – (suplente) – PGM;
 José Bonfim Sousa de Melo – (titular) – SSP;
 Pedro Júnior Nunes da Silva – (titular) – SEFIN;
 José Ribamar Alves Lima – (titular) – AEMI;
 Wladir Rodrigues da Silva – (suplente) – AEMI;
 Wátyla Moreira da Silva – (titular) – SINDIBRITA;
 Jeymson Xavier da Silva – (Titular) – Instituto Ita Ambiental;
 Elpidio Mateus dos Santos Neto – (suplente) – Instituto Ita Ambiental;
 Vaniele Pereira Costa – (suplente) – Instituto ACAUÃ;
 Antônio Veranilson Matias da Silva – (titular) – STRAAF;
 José Rodrigues Gomes – (suplente) – STRAAF;
 José Vinícios Gomes da Silva – (titular) – Reciclando Vidas;
 Francisca Cristina de Souza Silva – (suplente) – Reciclando Vidas;
 Deusdeth Alves de Lima – (titular) – SME
 Simone Monteiro da Silva Tavares – (suplente) – SME;
 Klézio Silva Monte (titular) – SEINFRA;
 Maria Isabel Montenegro Cavalcante – (suplente) – SEINFRA;
 João Igor Gomes Tavares – (titular) – AECIT;
 Renária Vieira do Nascimento – (suplente) – AECIT;
 Rogério Cabral de Lima – (suplente) – SEAGPE; e
 Carlos Junior Braga Lima – (suplente) – Gabinete do Prefeito.

CONSELHEIROS QUE JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA:

Não houve.

VISITANTES QUE PARTICIPARAM DA REUNIÃO:

Sabina Leila Barros dos Santos – Secretária Executiva do CMDS/COCEM;
 Lucas Cavalcante Ferreira Silva – Apoio Técnico da COCEM;
 Renata Maria de Siqueira Teixeira Alencar Bastos – PCM; e
 Francisco José Cavalcante Ferreira – SEAGPE.

PROCEDIMENTOS:

O presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS Arilo dos Santos Veras Júnior cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Em seguida confirmou se todos haviam recebido a pauta da reunião e destacou que os itens nela constados, em sua totalidade, demandam a aplicação de recursos financeiros. Ressaltou ainda que, conforme apresentado na reunião realizada no mês de dezembro, todas as despesas realizadas com recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMME somente podem serem executadas após a apreciação e aprovação do CMDS, especialmente no que se refere à prestação de contas. Nesse sentido, o presidente apresentou a plenária as novas demandas de despesas, com o objetivo de submetê-las à apreciação dos conselheiros para aprovação ou não. Entre os projetos apresentados, destacou-se a questão dos animais, por meio do **Vet Móvel**, incluindo ações de castração de cães e gatos, tanto machos quanto fêmeas, o que implica custos financeiros. Informou que tais custos foram encaminhados pela Prefeitura Municipal de Itaitinga-PMI para serem pagos por meio do FMMA, condicionados à aprovação do Conselho. Outro projeto apresentado foi o referente ao **Selo UNICEF**, voltado às políticas públicas para crianças e adolescentes. Foi ressaltado que a administração municipal considera o projeto de grande importância, sendo necessário um pequeno aporte financeiro para sua execução. Destacou-se que, independentemente do valor ser baixo, é obrigatória a aprovação pelo CMDS, uma vez que, para fins de prestação de

contas, valores menores possuem a mesma relevância administrativa que valores elevados. Em seguida, foi apresentada a demanda referente ao **Plano Diretor do Município de Itaitinga**, considerado fundamental para o desenvolvimento municipal, sendo comparado à Constituição do município, uma vez que todas as ações urbanísticas e administrativas passam pelo plano. Informou que o atual Plano Diretor foi elaborado em 2002 (dois mil e dois) e encontra-se completamente defasado. Relatou que a administração solicitou propostas para a atualização do Plano Diretor, processo conduzido pelo secretário Pedro Júnior, da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento. Foram recebidas propostas de 2 (duas) ou 3 (três) empresas, estando no momento em análise os valores apresentados, a fim de verificar a proposta mais vantajosa. Foi esclarecido que, após a aprovação do CMDS, a análise dos valores a contratação poderá ser iniciada de imediato. Ressaltou ainda o presidente que a elaboração do Plano Diretor é um processo mais longo, com previsão de conclusão ao longo do 1º (primeiro) semestre do ano, sendo destacado que quanto antes ocorrer a contratação, melhor para o andamento do projeto. Dando continuidade Arilo Veras Junior destacou que o ideal é que a atualização do Plano Diretor seja concluída antes do recesso parlamentar da Câmara Municipal de Itaitinga, tendo em vista que o projeto precisa, obrigatoriamente, ser apreciado e aprovado pelo Legislativo. Informou que, embora não tenha sido fixada uma data exata, a previsão ideal seria até meados do mês de novembro/2026, para que o projeto possa ser encaminhado à Câmara em tempo hábil. Ressaltou ainda a carência do município no que se refere a um **Plano Diretor de Arborização Urbana**, enfatizando que, apesar de existir alguma arborização em Itaitinga, é insuficiente tanto em termos quantitativos quanto paisagísticos e ecológicos. Destacou que tem observado a baixa presença de espécies de aves nativas na área urbana, o que pode estar relacionado à ausência de árvores adequadas que forneçam abrigo e alimento, como frutos e flores. Pontuou que a arborização adequada contribui significativamente para o equilíbrio ambiental, sendo importante definir espécies apropriadas para o município, evitando a utilização excessiva de poucas espécies, que apesar de fornecerem sombra, limitam outros benefícios ambientais. Ressaltando que a elaboração de um plano específico permitiria orientar corretamente esse processo. Mencionou em seguida sobre a importância da implantação de **ECOPONTOS** no município, considerados fundamentais para a gestão adequada dos resíduos sólidos. Destacou que, embora todos os projetos apresentados sejam relevantes, a prioridade pode variar de acordo com o ponto de vista técnico, social e ambiental, sendo necessário avaliar cada proposta de forma integrada. Na sequência Arilo Veras Júnior declarou oficialmente aberta a sessão, em seguida, solicitou à secretária adjunta Danielle Falcão, que apresentasse eventuais informes da Secretaria. Tendo sido informado que foi disponibilizado aos conselheiros, por meio de apresentação, o saldo do Fundo Municipal até o mês de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), esclarecendo que o valor apresentado ainda não é o saldo mais atualizado, uma vez que o mês corrente não havia sido finalizado. Relatou que a informação foi apresentada para fins de transparência e para subsidiar as discussões relacionadas à utilização dos recursos mencionados anteriormente. Arilo Veras Júnior complementou informando que o saldo do Fundo é dinâmico, uma vez que novos recursos são incorporados constantemente por meio da emissão de licenças e aplicação de multas ambientais. Destacou ainda que o município deverá receber, em breve, pedidos de licenciamento de empreendimentos de maior porte, com potencial de impacto ambiental, o que poderá

resultar em valores significativos de compensação ambiental, superiores aos valores arrecadados apenas com taxas de licenciamento. Frisou que, com a chegada de novas indústrias à região, especialmente em razão do polo automotivo que está sendo implantado no município de Horizonte, há uma tendência de instalação de indústrias satélites em municípios vizinhos, como Itaitinga. Foi aberto espaço para informes dos órgãos, instituições aos conselheiros presentes, sendo concedida a palavra ao conselheiro José Luciano Bento, que apresentou informes relacionados às ações culturais desenvolvidas no município. Informou que as atividades culturais possuem caráter contínuo, destacando que, ainda durante a execução das ações natalinas, já se iniciava o planejamento para a encenação da Paixão de Cristo, cujo edital de seleção foi lançado em novembro de 2025, estando o Instituto ACAUÃ concorrendo no referido edital. Relatou que o período natalino apresentou baixa captação de recursos financeiros, contudo, graças ao apoio estrutural disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Itaitinga-PMI, foi possível realizar apresentações em 4 (quatro) comunidades, com destaque para a comunidade de Boa Esperança, na Praça Nova. Relatou o forte envolvimento da população local, especialmente das crianças, o que conferiu elevado valor simbólico às apresentações. Registrou um episódio ocorrido durante uma das apresentações, no qual houve interrupção no fornecimento de energia elétrica, sendo a encenação mantida com o apoio do público, que utilizou a iluminação de aparelhos celulares. O conselheiro destacou ainda o momento de arrecadação simbólica, no qual crianças contribuíram com pequenas moedas, enfatizando o valor cultural e social do gesto, independentemente do montante arrecadado. O conselheiro ressaltou a importância da manutenção das tradições culturais e religiosas, especialmente no que se refere à mensagem do nascimento de Jesus, destacando o impacto positivo dessas ações na comunidade. Em continuidade, informou que o município de Itaitinga vem ganhando destaque no cenário audiovisual, tendo recebido produções cinematográficas gravadas na localidade do Riachão, com apoio da base cultural do Piamarta. Citou a recente gravação do filme "Uma Estranha Família", realizada no município, ressaltando a relevância cultural e histórica das produções. Também informou que o município recebeu, por meio da Universidade Estadual do Ceará-UECE, o diagnóstico do mapeamento dos pontos de cultura do Estado do Ceará, realizado pelo Portal Cultura Viva Ceará, projeto do qual a ACAUÃ é proponente junto ao Ministério da Cultura. Destacou que esse diagnóstico será apresentado na Teia Nacional, prevista para ocorrer no mês de Março, em Aracruz, levando o nome de Itaitinga ao cenário cultural nacional. O conselheiro manifestou satisfação em contribuir para o fortalecimento da imagem positiva do município, ressaltando que Itaitinga possui um amplo potencial artístico e cultural, com talentos nas áreas de teatro, dança, literatura e outras expressões artísticas, destacando a participação recente de grupos locais em apresentações na cidade de Fortaleza. Na sequência, foi concedida a palavra ao conselheiro Ricardo de Lima Monteiro, que inicialmente agradeceu ao presidente Arilo Veras Júnior e a equipe pelo acolhimento e pelo trabalho desenvolvido, parabenizando especialmente as ações voltadas à causa animal, com destaque para o programa de castração de cães e gatos, ressaltando a importância dessas iniciativas para o município. O conselheiro destacou ainda a relevância dos demais projetos apresentados, como o do Selo UNICEF, reconhecendo a importância de cada ação em sua respectiva área de atuação. Em seguida, apresentou informes da Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária e Pesca-SEAGPE, relatando a preocupação dos agri-

cultores do município com a irregularidade das chuvas, uma vez que o período chuvoso normalmente se inicia em meados do mês de janeiro, o que ainda não havia ocorrido até aquela data. Ressaltou, contudo, a continuidade das ações da SEAGPE, mantendo a expectativa positiva quanto ao início das chuvas. Informou que o município conta atualmente com 3 (três) tratores, devidamente equipados, aguardando o período adequado para arar os terrenos. Destacou que já estão descompactando o solo nas áreas de terras baixas, que precisam ser preparadas antes do início das chuvas, ficando as áreas mais altas para serem trabalhadas posteriormente, quando as condições climáticas permitirem. Também informou que, a partir da última semana de janeiro, o município passará a receber as sementes do Programa Hora de Plantar, que serão distribuídas por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e das Associações de Produtores Rurais do município, comentando sobre a importância da participação dos representantes e do registro fotográfico nas entregas. Informou que, em breve, será realizado o povoamento dos açudes do município, com a soltura de alevinos de tilápia, ação realizada em parceria com a Secretaria da Pesca do Estado. O conselheiro destacou que foi solicitada a liberação de aproximadamente 120.000 (cento e vinte mil) alevinos, aguardando confirmação da quantidade final a ser disponibilizada, considerando que em anos anteriores foram distribuídas quantidades menores, e que a soltura dos alevinos deverá ocorrer no açude do Riachão, bem como em outros açudes do município. Comprometeu-se a comunicar, assim que a programação for confirmada, a data para acompanhamento das ações. Dando continuidade aos informes, o presidente Arilo Veras Júnior fez esclarecimentos sobre o povoamento dos açudes do município, destacando que atualmente a principal espécie utilizada é a tilápia, por se tratar de espécie com maior viabilidade produtiva e comercial. Registrou que, em períodos anteriores, o povoamento também ocorreu com outras espécies, como tambaqui e curumatã, porém a tilápia consolidou-se como a principal espécie adotada. Na sequência, foi concedida a palavra ao conselheiro Hélio da Costa Ferreira, que relatou observações referentes à realização de eventos esportivos no município, especialmente corridas de rua. Apontou a ausência de acondicionamento adequado de resíduos durante os eventos, o que ocasiona o descarte de copos e embalagens nas vias públicas, gerando sujeira e possíveis riscos de acidentes, especialmente para crianças. Ressaltou que, embora a limpeza seja realizada posteriormente pela Prefeitura, faz-se necessária maior organização durante a execução dos eventos. O conselheiro Ricardo Lima considerou a observação pertinente e, em seguida, solicitou informações ao presidente acerca do andamento de uma parceria entre a SEAGPE e o SEMAM, aprovado pelo Conselho anteriormente. O presidente Arilo Veras Júnior informou que a proposta já foi aprovada no âmbito do CMDS, esclarecendo que será necessária a realização de uma reunião específica para tratar do assunto e verificar sua situação no processo de licitação. A Secretária Adjunta Danielle Falcão informou que o referido projeto consta na lista de prioridades encaminhada ao Gabinete. Esclareceu ainda que todas as demandas encaminhadas para licitação passam por uma classificação de prioridades definida pelo Gabinete, conforme critérios administrativos. Arilo Veras Júnior esclareceu que determinadas demandas nem sempre são consideradas prioridade imediata pelo Gabinete, sendo necessário realizar reuniões junto à administração para que algumas situações passem a ser tratadas como prioritárias. Como exemplo, citou as ações de fiscalização ambiental e de controle urbano no município, ressaltando que, embora a sede do setor esteja localizada na área

central, a maior parte das construções ocorre em localidades como Barroão, Parque Dom Pedro, Ancuri, Carapió, Riachão, entre outras, o que exige a disponibilidade de veículos para o deslocamento dos fiscais. Informou que atualmente o setor dispõe de apenas um veículo, ano 2013, responsável por atender toda a demanda semanal, destacando que, devido ao tempo de uso, às condições do serviço público, à rotatividade de motoristas e à manutenção insuficiente, o veículo apresenta baixa confiabilidade. Ressaltou também a importância das fiscalizações para a emissão do habite-se, documento essencial para a comercialização de imóveis, especialmente aqueles financiados por instituições bancárias, como a Caixa Econômica Federal, que exige a comprovação de regularidade das construções junto ao município. Foi esclarecido ainda que os recursos mencionados são específicos e somente podem ser utilizados após aprovação deste Conselho, não se tratando de verbas do Tesouro Municipal destinadas à folha de pagamento, permanecendo a discussão em andamento. Esclareceu que o Fundo Municipal possui regras específicas que limitam a forma de aplicação dos recursos financeiros, sendo indispensável a aprovação prévia deste Conselho para qualquer despesa. Destacou que nenhuma decisão pode ser tomada de forma unilateral, uma vez que os conselheiros são os representantes legais responsáveis por deliberar sobre a utilização dos recursos. Ressaltou que sua função, enquanto gestor, é cumprir fielmente as decisões aprovadas pelo Conselho, não sendo possível executar despesas caso haja deliberação contrária. Na sequência, o presidente colocou para apreciação o Item 5 da convocatória que trata da aplicação dos recursos do Fundo Municipal para o Meio Ambiente, colocando para apreciação dos conselheiros os subitens que dão sequência. Iniciando pelo Item 5.1 – **IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À COORDENADORIA DE BEM-ESTAR E PROTEÇÃO ANIMAL**, contemplando ações de promoção, proteção e cuidado com os animais. Foi verbalizado que o município foi contemplado com um equipamento denominado **Vet Móvel**, cuja importância está na estrutura oferecida para os atendimentos veterinários. Contudo, ressaltou que a operacionalização do equipamento envolve custos, principalmente com a contratação de profissionais habilitados, visto que procedimentos como castração só podem ser realizados legalmente por médicos veterinários, com o apoio de uma equipe técnica especializada. Informou-se que, para a execução dos serviços, foi realizado processo licitatório, tendo como vencedora a empresa Global Vet, responsável pela prestação dos serviços de castração animal no município. Esclareceu-se que o contrato abrange não apenas a realização das cirurgias, mas também a avaliação prévia dos animais, a verificação das condições necessárias para o procedimento, como idade, peso e estado de saúde, além do acompanhamento pós-operatório, incluindo o retorno para avaliação e retirada de pontos, conforme os protocolos técnicos exigidos. Foi esclarecido ainda que os recursos previstos incluem ações de divulgação junto à população, como panfletagem e utilização de carro de som, com o objetivo de informar os moradores sobre datas, locais e horários dos atendimentos. Ressaltou que tais despesas possuem baixo impacto financeiro quando comparadas ao custo principal do serviço, que é a contratação da empresa responsável pela execução das castrações. Destacou que os atendimentos não ocorrem de forma aleatória, sendo os animais previamente avaliados e classificados como aptos ou não ao procedimento. Arilo Veras Júnior comentou também a existência de uma demanda crescente por atendimentos veterinários básicos no município, não se limitando apenas aos procedimentos cirúrgicos. Relatou situações em que moradores procuraram apoio do poder público para atendimento de animais em condições emergenciais, ressaltando

que grande parte da população possui baixa renda e encontra dificuldades para arcar com os custos de clínicas particulares. Enfatizou que, para muitas famílias, valores cobrados por atendimentos veterinários podem comprometer significativamente o orçamento doméstico. Nesse sentido, informou que há a intenção de, futuramente, ampliar as ações da política de bem-estar animal, buscando alternativas para disponibilizar cuidados veterinários básicos à população, especialmente para animais de pequeno porte. Esclareceu que essa ampliação ainda está em fase de estudo, e não faz parte do contrato atualmente firmado com a empresa Global Vet, sendo necessária nova avaliação e deliberação por parte deste Conselho. Em resposta a questionamento ocorrido, Danielle Falcão informou que a Coordenadoria de Bem-Estar e Proteção Animal já se encontra formalmente instituída, tendo sido criada por meio da última reforma administrativa do município, aprovada pela Câmara Municipal, estando prevista no organograma oficial e respaldada por legislação específica. Acrescentou que a coordenadoria já integra a estrutura administrativa municipal, possibilitando a execução das ações previstas. Informou que a proposta inicial prevê que as ações de castração animal ocorram de forma mensal, destacando-se que a primeira edição serviu como projeto piloto. Comentou que a ação inicial foi realizada na Praça de Eventos do município, onde todos os animais considerados aptos foram devidamente atendidos, não havendo pendências. Após o período estimado de 10 (dez) dias, foi realizado o retorno dos animais para avaliação pós-operatória, procedimento que ocorreu nas dependências da SEMAM, por se tratar apenas de acompanhamento e retirada de pontos. Foi questionado pelos conselheiros se, além do procedimento cirúrgico, era fornecida medicação pós-operatória aos animais atendidos. Danielle Falcão esclareceu que, no momento, o município ainda não dispõe de condições para fornecer medicação, sendo de responsabilidade do profissional veterinário a emissão do receituário, com as devidas orientações quanto ao uso no período pós-operatório. O conselheiro José Luciano relatou sua experiência pessoal, informando que realizou o cadastro de sua cadela e de sua gata por meio do WhatsApp, aguardando retorno quanto à aptidão dos animais para a cirurgia, porém não houve o recebimento de notificação. Questionou se haveria algum tipo de contato posterior com o munícipe para informar se o animal estaria apto ou não. Em resposta, Arilo Veras Júnior informou que desconhecia falhas nesse procedimento e ressaltou que, conforme o fluxo adotado, essa informação deveria constar no próprio cadastro realizado pelos profissionais responsáveis. Danielle Falcão explicou que, durante o processo, o profissional realiza o cadastro do tutor e do animal, sendo informado por contato telefônico, e que o retorno ocorre apenas para os casos em que o animal é considerado apto ao procedimento. Ressaltou, contudo, que pode ter havido falha pontual na comunicação e que situações semelhantes não devem se repetir, ficando acordado que, independentemente do resultado, os tutores deverão ser devidamente informados. Arilo Veras Júnior destacou a importância de que os relatórios futuros tragam informações mais detalhadas, como o quantitativo total de pessoas que procuraram o serviço, o número de animais considerados aptos e o número de animais não aptos à cirurgia, bem como o respectivo motivo da inaptidão. Citou como exemplo a necessidade de distinguir claramente entre o número de cadastros realizados e o número efetivo de procedimentos executados, a fim de garantir maior transparência, e melhor prestação de contas ao Conselho. Foi ressaltado ainda que o registro dos animais não aptos também é fundamental, inclusive para evitar questionamentos por parte da população e para possibilitar acompanhamento futuro desses casos. Arilo Veras Júnior mencionou situações em que tutores procuraram a administração alegan-

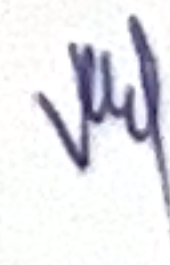
do ausência de atendimento, reforçando a necessidade de comunicação clara, registros adequados e informações consolidadas nos relatórios apresentados ao Conselho, a fim de evitar equívocos e insatisfações. O conselheiro Oseias Targino fez uso da palavra para avaliar de forma bastante positiva a nova atividade desenvolvida pela SEMAM e financiada com recursos do Fundo Municipal, destacando que, por meio do acompanhamento das redes sociais oficiais, foi possível perceber um retorno muito favorável da população, com diversos elogios à iniciativa. Ressaltou ainda a importância da SEMAM possibilitar e oferecer gratuitamente esse serviço à população, parabenizando a gestão pela ação. Em complemento, Arilo Veras Júnior confirmou que a divulgação realizada pelas redes sociais foi fundamental para que a iniciativa chegasse ao conhecimento da população, sendo amplamente elogiada. Outros participantes destacaram a mudança cultural ocorrida ao longo dos anos quanto à criação de animais domésticos, ressaltando que, atualmente, cães e gatos são tratados como membros da família, o que reforça a relevância de políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. Esclareceu ainda que o equipamento conhecido como "Vet Móvel" foi doado ao município em um período em que a SEMAM ainda não estava diretamente envolvida, tendo ficado inicialmente sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde-SMS, onde permaneceu parado por alguns meses. Posteriormente, após articulações internas, o equipamento foi transferido para a SEMAM viabilizar sua utilização. Relatou também que, por volta do dia 20 (vinte) de novembro de 2025, foram iniciadas as tratativas para colocar o equipamento em funcionamento, com contatos realizados junto à equipe responsável, definindo-se inicialmente datas no início de dezembro para a execução das atividades. Contudo, surgiram alguns entraves operacionais, como a indisponibilidade da empresa contratada, que também presta serviços a outros municípios, além da necessidade de revisão e adequação do equipamento após longo período sem uso, incluindo sua retirada das dependências da SMS, e a devida instalação para operação. A reunião prosseguiu com novos esclarecimentos e debates sobre o aprimoramento das ações e da estrutura necessária para a continuidade dos serviços. Arilo Veras Júnior informou que a próxima ação deverá ocorrer na localidade da Caracanga, ressaltando que a definição da data está sendo cuidadosamente avaliada em razão da proximidade do período carnavalesco. Segundo o presidente, realizar atividades muito próximas ao Carnaval tende a reduzir a participação e o engajamento da população, considerando que, nos dias que antecedem a festividade, muitas pessoas já se encontram envolvidas com outros compromissos e fora do foco das ações comunitárias. Assim, ficou encaminhado que a atividade deverá ocorrer no mês de fevereiro, em formato de audiência pública, dentro de um calendário anual que ainda está em fase de análise. Esclareceu ainda que o projeto apresentado contempla os recursos demandados para todo o ano, estimados em aproximadamente R\$295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais), valor destinado à execução contínua das ações de bem-estar animal. Destacou que não é possível prever com exatidão o número de castrações a serem realizadas, uma vez que o atendimento depende da demanda espontânea da população. No entanto, garantiu que todos os animais considerados aptos pelo médico veterinário serão atendidos. Caso a demanda em determinada localidade ultrapasse a capacidade prevista para um único dia, o serviço poderá ser estendido por mais dias, até que todos os casos sejam contemplados, conforme a necessidade de cada comunidade. Questionado sobre a pos-

sibilidade de suplementação de recursos, Arilo Veras Júnior explicou que os valores do Fundo Município são próprios, e que o saldo existente não é automaticamente transferido para o exercício seguinte, sendo necessária a reavaliação contratual para os anos posteriores, inclusive em relação aos valores praticados pela empresa contratada. Ressaltou que, com a aprovação do CMDS, o recurso ficará garantido para execução durante todo o ano vigente. Em seguida, o presidente colocou em votação a proposta de financiamento do projeto de bem-estar animal, que envolve a avaliação e a castração de animais de pequeno porte, especialmente cães e gatos, machos e fêmeas, com recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, no valor aproximado de R\$295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais). Após a votação, a proposta para o "Vet Móvel" foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros. Dando continuidade à pauta, passou-se à apreciação do item 5.2, referente à proposta de **DOAÇÃO DE RECURSOS DO FMMA AO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMCA**, com o objetivo de fortalecer as ações do Selo UNICEF e do Programa Prefeito Amigo da Criança, no âmbito do Eixo Sistêmico 4, que trata de água, saneamento, higiene, mudanças climáticas e prevenção de desastres, incluindo cheias, enchentes, desmoronamentos de bordas e combate a incêndios florestais. Arilo Veras Júnior destacou ainda os esforços da equipe técnica, composta pela professora Daniela Barros, pelo secretário executivo José Maria Gonçalves (Jota Costa) e pela secretária adjunta Daniela Falcão, no sentido de viabilizar a criação e o reconhecimento de uma Brigada de Incêndio no município, a partir da estrutura já existente da Defesa Civil. Esclareceu que a iniciativa não interfere na atuação do Corpo de Bombeiros, mas visa fortalecer a capacidade preventiva e de resposta do município a situações de risco ambiental. Ressaltou que a criação da Brigada de Incêndio é um dos requisitos fundamentais para que o município possa avançar no processo de habilitação ao Programa Município Selo Verde, que avalia uma série de critérios ambientais e institucionais. A ausência dessa estrutura tem sido um dos fatores limitantes para a pontuação do município, motivo pelo qual a gestão demonstra grande interesse na consolidação dessa ação, visando tanto a segurança da população quanto o fortalecimento da política ambiental municipal. A conselheira Ana Tamires Lima destacou a importância da iniciativa para o município, relatando que, há cerca de 2 (dois) anos, ocorreu um incêndio na Serra e, apesar do acionamento do Corpo de Bombeiros, o atendimento não ocorreu de forma imediata. Diante da situação, a contenção do fogo só foi possível graças à atuação de uma brigada existente vinculada a uma empresa, o que evitou a propagação do incêndio e maiores danos à área afetada. Em resposta, Arilo Veras Júnior esclareceu que a proposta em discussão trata da criação de uma Brigada de Incêndio Oficial do município, com a finalidade de atuar como ponto focal de articulação e coordenação entre as demais brigadas eventualmente existentes, sejam elas vinculadas a empresas ou a outros setores. Ressaltou que, em situações de risco ou desastre, a atuação sem planejamento e coordenação adequada pode colocar em risco a vida das pessoas envolvidas, tomando indispensável a definição prévia de responsabilidades, fluxos de comunicação e estratégias de ação. Enfatizou ainda que a atuação da Brigada de Incêndio deve ser baseada em planejamento, com definição clara de lideranças, escalas, protocolos de acionamento do Corpo de Bombeiros, procedimentos de evacuação da população e canais de comunicação previamente estabelecidos. Acrescentou que experiências anteriores na análise de projetos semelhantes demonstraram a importância de um alto nível de detalhamento, inclusive

quanto à identificação das pessoas responsáveis por disparar alertas e realizar os contatos necessários em situações emergenciais. Destacou, por fim, que já existe uma preocupação e uma estrutura inicial por parte do setor empresarial, o que facilita o processo de consolidação da Brigada de Incêndio municipal, funcionando como uma base para futuras articulações com a Defesa Civil e demais órgãos competentes. Não havendo questionamentos adicionais, a proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade, ficando autorizado o repasse de recursos do FMMA ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Em seguida, passou-se à apreciação do item 5.3 da pauta, referente à **ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ITAITINGA-PDDU**, onde Arilo Veras Júnior fez um breve histórico sobre a estrutura administrativa, explicando que a SEMAM passou a incorporar também as atribuições de Controle Urbano, tornando-se Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano. Diante disso, destacou a necessidade de promover alterações no estatuto do CMDS, de modo a ampliar a atuação da SEMAM para além das questões ambientais, incorporando também as discussões relacionadas ao urbanismo. A proposta apresentada consiste em manter o Conselho existente, agregando-lhe a competência sobre o controle urbano, o que contribuiria para o fortalecimento e enriquecimento das deliberações do colegiado. No que se refere especificamente ao Plano Diretor, o presidente informou que será necessário haver recursos para a contratação de equipe técnica especializada para a elaboração do PDDU, estando sob responsabilidade da condução do processo a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, liderada pelo secretário Pedro Júnior, que também integra o Conselho. Esclareceu que, o conselho estar deliberando que a SEMAM poderá utilizar recursos do FMMA, não havendo ainda definição de valores, ficando apenas autorizada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente na licitação para essa finalidade, sendo que os montantes serão apresentados oportunamente ao colegiado, após a definição do processo licitatório. Durante as discussões, foi mencionado pelo conselheiro Hélio Ferreira que a atual divisão distrital do município se encontra defasada, constando oficialmente apenas 2 (dois) distritos, sendo a Sede e o Gereraú, situação que não reflete a realidade territorial e urbana atual, especialmente diante do crescimento de outras localidades com maior concentração populacional. Oseias Targino destacou a Lei de 2022 que dividiu o município em 19 (dezenove) bairros, onde o Parque Dom Pedro não era bairro, passando a ser após a Lei, destacando que não verificou na Lei nada sobre Distrito. O tema foi registrado como ponto relevante a ser considerado no processo de elaboração e atualização do Plano Diretor. O presidente comparou o Plano Diretor a um instrumento estruturante fundamental para o município, responsável por orientar o ordenamento territorial, disciplinar o uso e a ocupação do solo e definir aquilo que é permitido, incentivado ou restrito em cada região. Nesse contexto, foi enfatizado que caberá ao novo Plano Diretor estabelecer, de forma clara e técnica, as diretrizes relacionadas à organização territorial do município, incluindo a definição de distritos, zonas urbanas e rurais, áreas de expansão residencial e industrial, bem como Áreas de Preservação Permanente-APP. Ao colocar para votação, perguntou se ainda havia algum conselheiro que teria interesse em mais esclarecimentos. Após os esclarecimentos, o presidente colocou em votação a proposta de autorização, para utilização de recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente na contratação e elaboração da atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Itaitinga, não havendo manifestações contrárias, a proposta foi aprovada por unanimidade pelos

conselheiros. Na sequência, foi anunciado o item 5.4 a ser apreciado, referente à **ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE ARBORIZAÇÃO MUNICIPAL**. Onde o presidente explanou que não pode negar que existe muitas árvores, mas não se tem um plano de arborização elaborado, não há orientação, e cada munícipe planta em nas calçadas e quintais da forma, tamanho que querem. Não havendo no quintal grandes preocupações por ser um local restrito ao proprietário, mas nas calçadas não, por ser um ambiente público. Precisando haver um ordenamento ainda maior nas praças. Relatou sobre as árvores que existem no meio da rua, que estão dificultando o desenvolvimento da cidade por estar no meio da rua, devido a isso recebe uma quantidade grande de pessoas, e da própria SEMINRA, pedindo para que a árvore seja retirada, por ter sido plantada na calçada e após anos o tamanho estar tomando quase a rua toda. Prejudicando a fiação, devido não ter havido um plano, devido a isso a SEMAM dentro da reforma administrativa também foi contemplada com setores administrativos ligados a manutenção dos espaços públicos no que diz respeito a arborização e paisagismo. Portanto a proposta é que o recurso do FMMA seria para aplicar na elaboração desse plano de arborização, onde se irá saber o que plantar, onde plantar, verificando os projetos de arborização, não sendo apenas projeto de engenharia. Após os esclarecimentos o presidente indagou a plenária se aprovariam a destinação de recursos do FMMA para a elaboração e execução do Plano de Arborização Municipal de Itaitinga, por não haver manifestação, foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo, foi colocado para debate o item 5.5, que trata sobre a **INSTALAÇÃO DE ECOPONTOS NAS DIVERSAS LOCALIDADES DE ITAITINGA**, por se tratar de equipamentos locais destinados a receber entulhos de construção, onde a coleta será por uma empresa que pegará nesses pontos. Sendo mais racional que ficar procurando pelas ruas. Tendo o presidente uma reunião em Fortaleza, no período da tarde, do mesmo dia em que realizou a reunião, para tratar sobre os ecopontos na empresa Marquise, que realiza a coleta de resíduos sólidos na capital. Relatou sobre o construtor que o procurou, informando que poderá recolher esses materiais. Acredita o presidente que foi esse construtor quem apresentou o projeto dos Ecopontos em Fortaleza, quando ainda era COELCE. Devido a essa informação é que entrou em contato com um rapaz que estar facilitando a conversa com o empresário para obter as informações necessárias como é realizado em Fortaleza. Entretando o presidente solicitou que a plenária apreciasse a aprovação da utilização do recurso do FMMA, caso seja necessário para a instalação dos ecopontos em Itaitinga. A secretária executiva Sabina Leila Santos comentou que faz uso dos descontos proporcionados pelas entregas de materiais de plásticos no ecoponto de Messejana. Explicou o presidente que, embora os valores mensais de desconto possam parecer modestos à primeira vista — variando, em média, entre R\$2,00 (dois reais) e R\$10,00 (dez reais), a depender da quantidade de material corretamente destinado, trata-se de um benefício contínuo, mensal e acumulativo, que ao longo do tempo representa uma economia relevante, sobretudo para famílias de baixa renda. Além do aspecto financeiro, enfatizou que a participação em iniciativas ambientais gera um sentimento de pertencimento e responsabilidade socioambiental, fortalecendo a consciência coletiva e o engajamento da comunidade. Durante o debate, o conselheiro Hélio da Costa Ferreira solicitou a palavra para compartilhar experiências observadas no município de Mossoró, no Rio Grande do Norte, relatando que, naquela localidade, o ônus do transporte e da destinação do entulho é assumido integralmente pelas construtoras. Segundo os conse-

lheiros, os resíduos da construção civil são acondicionados em recipientes apropriados e encaminhados para locais previamente definidos e fiscalizados pela prefeitura, o que contribui para a organização urbana e para a redução de descartes irregulares. Destacou o presidente Arilo Veras Júnior que um dos construtores presentes à reunião que houve na SEMAM em 2025 sobre habite-se, explicou que se responsabilizaria por transportar o entulho, às suas próprias custas, até o ecoponto. Porém quando chega do ecoponto pra frente, não tem mais despesas. Para o gestor, o ponto central da proposta é garantir que o material seja depositado em locais corretos, evitando práticas recorrentes e prejudiciais, como o descarte em vias públicas, terrenos baldios, lagoas e riachos, o que compromete o meio ambiente e a mobilidade urbana. Esclareceu ainda que, uma vez depositado no ecoponto, o resíduo passa a ser de responsabilidade da empresa coletora, cabendo a empresa definir o destino do material, seja para processamento, reaproveitamento ou disposição final, em áreas licenciadas fora do município, podendo ser em Caucaia ou na localidade conhecida como Patacas. Ressaltou que, para a administração municipal, o principal benefício é a retirada definitiva do entulho do território urbano de Itaitinga, independentemente do local onde será tratado posteriormente. O presidente enfatizou que esse modelo representa também uma redução significativa de custos para o município, uma vez que, atualmente, a prefeitura arca com despesas relacionadas à coleta, transporte e destinação final dos resíduos, calculadas com base em quilometragem rodada, peso e tonelagem. Considerou que resíduos da construção civil possuem elevada densidade e peso, onde custos impactam diretamente no orçamento público. Com a implantação dos ecopontos, a coleta se tornaria mais racional, concentrada e eficiente, diminuindo a necessidade de deslocamentos frequentes e otimizando os recursos públicos. Ficou evidenciado o entendimento comum entre os conselheiros de que a implantação dos ecopontos, aliada a incentivos econômicos, educação ambiental e planejamento técnico, constitui uma estratégia estruturante para a melhoria da gestão de resíduos sólidos no município, promovendo benefícios ambientais, sociais e financeiros, além de contribuir para a organização urbana e para a qualidade de vida da população de Itaitinga. Arilo Veras Júnior destacou que não há qualquer dúvida de que as ações propostas passam, necessariamente, pelo fortalecimento da educação ambiental, ressaltando a importância de ampliar e reforçar esse trabalho no município. Nesse contexto, fez referência ao empenho da professora Daniela Barros, integrante da equipe técnica da SEMAM, reconhecida por seu comprometimento, seriedade e competência na condução das atividades relacionadas às questões ambientais, sendo pessoa amplamente conhecida e respeitada pelos presentes. No entanto, Arilo Veras Júnior ponderou que, apesar da dedicação da equipe existente, a estrutura humana disponível ainda é limitada diante do crescimento acelerado da cidade. Ressaltou que o município de Itaitinga passou por um expressivo processo de expansão urbana e populacional ao longo dos últimos anos, fato que é motivo de orgulho para a administração e para a população. Contudo, esse crescimento não foi acompanhado, na mesma proporção, pela ampliação da equipe responsável pelas ações de educação ambiental, que permanece restrita a poucos profissionais, o que dificulta o alcance e a efetividade das iniciativas propostas. Enfatizou ainda que não há política de educação ambiental que se sustente sem a atuação firme e contínua da fiscalização. Em concordância, Ricardo Lima manifestou-se de forma breve, reforçando que, de fato, sem a combinação entre educação ambiental e fiscalização, as ações não avançam de maneira satisfatória. Na



sequência, o conselheiro Hélio Ferreira solicitou a palavra para apresentar uma sugestão baseada em experiências observadas em outros municípios. Relatou o conselheiro Hélio Ferreira a existência de programas conhecidos como "Adote seu Canteiro" ou "Adote sua Praça", nos quais empresas privadas assumem a responsabilidade pela manutenção de espaços públicos específicos, contribuindo para a conservação e o embelezamento urbano. Observou que, nesses casos, a identificação das empresas adotantes costuma ser feita de forma discreta, por meio de pequenas placas informativas, sem prejuízo ao caráter público do espaço. Arilo Veras Júnior destacou que ações simples, quando bem planejadas, têm grande potencial de fortalecimento das políticas públicas, especialmente no que se refere à organização urbana e ao cuidado com os espaços públicos. Ressaltou, no entanto, que muitas vezes o que falta não é a viabilidade técnica, mas sim o ambiente favorável e o engajamento coletivo para que essas iniciativas sejam efetivamente implementadas. Encaminhando para o encerramento da reunião, Arilo Veras Júnior informou que, considerando que todos os pontos previstos haviam sido amplamente debatidos, inclusive o último item referente à implantação dos ecopontos, passou-se à deliberação final. Seguindo a orientação da Danielle Falcão, foi colocada em votação a autorização para aplicação de recursos destinados à implantação e construção dos ecopontos no município, ressaltando que a gestão não envidará esforços para viabilizar parcerias que reduzam custos, mas que, caso isso não seja possível de imediato, o recurso ficaria previamente autorizado para garantir a execução da ação. **Submetida à votação, a proposta dos ECOPONTOS foi aprovada por unanimidade pela plenária.** Por fim, considerando o horário avançado, o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS, Arilo Veras Júnior, agradeceu a presença e a participação de todos os conselheiros, ressaltando a importância dos debates realizados e das deliberações aprovadas durante a reunião. Destacou o compromisso coletivo com o fortalecimento das políticas públicas e com a melhoria da qualidade de vida da população do município. Não havendo nada mais a debater, assim se encerraram as falas, na qual eu, Sabina Leila Barros dos Santos, redigi e lavrei a presente ata, que vai ser assinada pelos conselheiros presentes, caso a aprovem, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

ARILO DOS SANTOS VERAS JÚNIOR
Presidente do CMDS – Itaitinga

SABINA LEILA BARROS DOS SANTOS
Secretária Executiva do CMDS – Itaitinga

ANEXO I

